

Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans

Resumo: Em tempos de fortalecimento de governos de extrema-direita em aliança com os fundamentalismos religiosos, a guerra contra populações acusadas de ser inimigas das igrejas cristãs, da família e dos bons costumes é reforçada explicitamente por meio de políticas conservadoras e genocidas. Esse projeto genocida e epistemicida tem fortes raízes estruturais, fruto do projeto colonial, derivado, sobretudo, da invasão branca europeia do nosso continente. As pessoas negras enfrentam políticas de extermínio de suas tradições, identidades, suas histórias e de suas vidas. Pessoas negras, transsexuais e travestis, pobres, especialmente, são os principais alvos dessas políticas de morte. Essas necropolíticas marcadas pelas suas especificidades na ação do Estado, inicia na exclusão da escola e chega ao homicídio propriamente dito, seja por meio da produção do suicídio – pessoas suicidadas intencionalmente pelo Estado, seja pela vulnerabilidade social seja pela violência cotidiana. Pessoas trans e travestis têm sido historicamente objeto de classificação e diagnóstico pelas ciências biomédicas e psi, mediante critérios que desconsideram a singularidade de trajetórias de cada sujeito, bem como sua humanidade. Esses grupos enfrentam a patologização de seus corpos, bem como o abandono e as violências estruturais como crime de Estado. Neste artigo buscamos diagramar os mecanismos necropolíticos por meio da análise de fontes múltiplas (o corpus da pesquisa foi constituído, sobretudo, por fontes de domínio público, dados estatísticos, relatos de exclusão escolar e violência publicados nas redes sociais), tendo como ferramentas analíticas os estudos referentes ao racismo estrutural e à necropolítica e políticas de inimizade, dos autores Silvio Almeida (2018) e Achille Mbembe (2017, 2018), respectivamente. Nos valeremos de uma análise dos enunciados ali presentes na descrição dos mecanismos de exclusão e morte conduzidos pelo Estado.

Palavras chave: transexualidades; travestilidades; educação; Estado; necropolítica.

Introdução: a patologização como mecanismo necropolítico

O que é uma vida inimiga? O que é como elas são produzidas historicamente, autorizando o Estado a matá-las e a suicidá-las, pelo abandono ou apagamento de suas existências? Neste texto, resultante de uma pesquisa de dissertação de mestrado, buscaremos mostrar como a cisgeneridade¹, operando interseccionalmente, atua na produção de crimes de Estado contra pessoas trans e travestis². Para isso, foram consultadas 38 reportagens em canais de busca na internet, cuja análise dos enunciados foi realizada de maneira

Vincent Pereira Goulart

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
vincegoulart@gmail.com

Henrique Caetano Nardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
hcnardi@gmail.com

(1) Refere-se à experiência de pessoas que se identificam com o gênero/sexo atribuído ao nascimento.

(2) Pessoas que, embora do gênero feminino, sua identidade foge a um binarismo de gênero: não se reconhecem como homens ou mulheres, mas um terceiro gênero ou, ainda, um não gênero. (JESUS, 2012) Há, ainda, um grupo que se autodenomina mulheres travestis. O termo travesti é historicamente considerado pejorativo, tem sido ressignificado e politizado, de modo a ser afirmado com orgulho por pessoas com esta identidade de gênero.

(3) Refere-se à experiência de pessoas que não se identificam com o gênero/sexo atribuído ao nascimento.

ensaística, pensando aqueles que atravessam os conteúdos e não as falas em si. Nessa esteira, as políticas de inimizade, discutidas pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2017), são um ponto central nos debates não só de relações raciais, mas também acerca das relações de gênero, especialmente ao que se refere à colonialidade da estrutura cisnormativa de sociedade em que vivemos. Para Mbembe (2017, p. 73), o desejo de inimigo e de estabelecer um *apartheid*, juntamente do extermínio de determinadas populações, ocupa um espaço no imaginário social racista. Neste trabalho, afirmamos que este imaginário está tão presente no racismo como na cisgeneridade. Ao delimitar grupos como inimigos, os muros de separação cumprem com a função de “resolver o excesso de presença”, admitindo, também, que entre pessoas brancas e pessoas negras, bem como entre pessoas trans e pessoas cis não há nada em comum. A ausência de pessoas negras e trans, por exemplo, sequer serão sentidas, visto que o extermínio dessas populações trata-se de uma necessidade de segurança; da preservação de uma moral, de uma cultura, da branquitude e da cisgeneridade, em especial.

Os critérios diagnósticos cisheteronormativos que desconstruíram a diversidade humana e a construção da subjetividade, das trajetórias de vida de cada sujeito, historicamente, produziram as populações de pessoas travestis e transexuais como objetos de classificação patologizante, especialmente pelas ciências biomédicas e psi. (GOULART, 2018) O *Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM - 5, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) e a *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde* (CID-10) por muito tempo categorizaram pessoas trans e travestis, devido a sua identidade de gênero, por meio do diagnóstico de “Transtorno de identidade de gênero”. Após, a categorização foi adaptada, passando a se chamar de “Disforia de gênero”, não existindo grandes diferenças, para além da nomenclatura.

Recentemente, em 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou uma nova classificação, durante o lançamento da 11ª edição da CID, denominada “incongruência de gênero” (OMS..., 2018), alegando que as transgeneridades³ não se tratam de um transtorno mental e que essa mudança nosográfica seria um passo importante no enfrentamento de preconceito e da discriminação contra estas populações. Entretanto, na prática cotidiana, compreendemos que a despatologização da identidade de gênero de pessoas trans

e travestis trata-se de um processo muito mais amplo que alterar um título/nomeação que, além do mais, ainda destaca o gênero de pessoas trans e travestis como “incongruente” frente a uma norma determinada como “natural” e “normal”. Esse diagnóstico ainda é necessário, por exemplo, para garantir o acesso ao atendimento às demandas específicas de saúde das populações T⁴. Ressaltamos que esse movimento no campo da saúde é necessário (mas não suficiente), pois as políticas de saúde ainda são bastante escassas, muitas vezes importadas de protocolos internacionais, e de difícil implementação tanto no âmbito privado quanto público de saúde no Brasil; dificuldades oriundas tanto do desconhecimento acerca das transgeneridades quanto por preconceito, discriminação e, ainda e sobretudo, por políticas de morte voltadas para o extermínio dessas populações. Para além do que é documentado em manuais diagnósticos, sabe-se que há a necessidade de enfrentar os estigmas sociais e culturais acerca de pessoas trans e travestis, ou seja, violências que compõem a estrutura da nossa sociedade, perpassando diversos âmbitos institucionais. O Estado que constitucionalmente deveria proteger e tratar a todas/os como iguais em direitos, tem exercido um controle desigual sobre a população. Esse controle se inicia no planejamento familiar, nas práticas educativas, as quais são marcadas pela imposição da cisgeneridade e pela vigilância e violência contra as pessoas trans e travestis. A escola é generificada como muitas(os) autora(es) têm descrito, por exemplo, Guacira L. Louro (2016), Fernando A. Pocahy (2016), Jane Felipe (2007) e Henrique C. Nardi, Eliana Quartiero e Manoela C. Rodrigues (2020), entre outros.

Munidos de enunciados legitimados pelo campo científico cisonormativo, tanto os discursos biomédicos quanto os psis:

[...] tornaram-se os saberes apropriados e exclusivos para desvendar os mistérios que levam uma pessoa de um determinado sexo a reivindicar o reconhecimento social como membro de outro, e o protagonismo destas ciências na questão delimitou uma fronteira entre o normal e o patológico no campo das identidades sexuais. (ALMEIDA; MURTA, 2013, p. 383)

Cabe ressaltar aqui que a perspectiva metodológica que utilizamos e que busca a análise enunciativa é inspirada em Michel Foucault (2008) o qual afirma que os enunciados devem ser compreendidos na estreiteza e singularidade de sua situação. Sua

(4) Populações T: utilizamos esse termo pela sua praticidade ao abranger, de forma geral, as populações de pessoas trans e travestis, considerando que não há uma uniformidade de identidades, mas uma multiplicidade de formas de experienciar a transgeneridade. Neste sentido, trata-se de grupos populacionais heterogêneos e não apenas de um grupo homogêneo.

(5) Para Foucault (2012, p. 364), um dispositivo de poder trata-se de "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos".

(6) Pessoas que não se identificam unicamente como homens ou mulheres; não se identificam com a binariedade de gênero, podendo se identificar com os dois gêneros ou até mesmo nenhum deles.

análise deve determinar as condições de sua existência, mostrar suas ligações e determinar seus limites, ou seja, que outras formas de enunciação excluem. Para que possamos identificar como os discursos se legitimam como verdades, devemos descrever as condições que permitiram seu surgimento e determinar quais os enunciados fundamentais que, organizados sob a forma de regras de dispersão e exclusão, definem a construção das verdades e das práticas discursivas correspondentes.

Ou seja, esses saberes/discursos, alinhados a uma psiquiatrização que delega um espaço de tutela sob um estatuto de transtorno mental, relega às instituições tanto psicológicas quanto psiquiátricas o gerenciamento sobre as identidades de gênero, especialmente trans e travesti. (MANIFIESTO, 2010) As instituições biomédicas e psi têm reiterado a cisnormatividade, um dispositivo de poder⁵ e de gerenciamento dos corpos, com o intuito de corrigir e normalizá-los como forma única de reconhecer essas pessoas dentro da lógica binária e genitalizante de sexo/gênero. "Cisgênero", por sua vez, diz a respeito de pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído no momento do nascimento. Sabemos que, no momento em que é atribuído um sexo ao indivíduo, somam-se expectativas tais quais as posições sociais que aquele gênero deve performar em sociedade, iniciando na família e reforçado pela escola. Pressupõe-se, também, que, ao se enquadrar nestes quesitos e vivenciá-los, a identidade de gênero deste sujeito é "normal". As transgeneridades – pessoas trans, travestis e não binárias⁶ –, por não se adequarem à norma, são classificadas como desviantes e/ou patológicas. Assim, a cisnorma opera hierarquizando as identidades e expressões de gênero; por exemplo, a transgeneridade só existe em oposição à cisgeneridade, porém sendo compreendida como inferior e abjeta. (GOULART, 2018)

A cisnormatividade, enquanto dispositivo, refere-se a um operador material do poder. O conceito de dispositivo, conforme apontado por Michel Foucault (1988), remete a técnicas, estratégias ou formas de assujeitamento utilizadas pelo poder para penetrar e operar o controle sobre os corpos. Assim, por exemplo, a escola reforça a binariedade de gênero, desde a escola infantil com a divisão de brinquedos, cores e espaços, até as práticas na educação física e, sem esquecer, obviamente, da tensão em torno do uso do banheiro. A cisnormatividade, desta forma, é materializada, entre outros aspectos, pelo conceito biomédico do que é o sexo. Entretanto, como

nos demonstra Judith Butler (1990), ele nada mais é do que um valor cultural e histórico tão construído quanto o gênero, ou seja, nomear (citar) o sexo depende do que se entende por gênero. A normatividade a qual os indivíduos trans são assujeitados propõe, portanto, uma correção a corpos e vivências que não correspondem aos critérios estabelecidos como “normais” e “naturais”. A produção deste não reconhecimento social e a deslegitimação do desejo e das expressões singulares que se fazem presentes na violência que marca os processos de subjetivação de pessoas trans e travestis são um dos mecanismos centrais da ação necropolítica do Estado na articulação com as instituições psis, a educação, a polícia, a justiça, a assistência, o trabalho e a saúde, entre outras.

A colonialidade como violência sobre a dissidência da cisnormatividade: o lugar da educação

A necessidade de correção do que é declarado como problemático, anormal, defeituoso e abjeto também se refere a um processo de colonização dos corpos de pessoas trans e travestis. Desde a instauração da escola moderna na perspectiva eurocêntrica, a escola tem agido como um agente colonizador, um dos aspectos de destaque se trata da influência eugenista, sobretudo a influência da Liga de Saúde Mental. (COSTA, 1981) Para Simakawa (2015), a colonialidade é um fenômeno histórico, um padrão de poder que naturaliza hierarquias na sociedade, como as hierarquias territoriais, raciais, culturais e, inclusive, epistêmicas. Os sujeitos explorados/assujeitados sofrem com a subalternização e o apagamento de sua história, de sua cultura e com o extermínio de sua própria população. Ainda de acordo com a autora, a cisnormatividade é “[...] *um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais*”. (SIMAKAWA, 2015, p. 72, grifo nosso) Nesta hierarquização a cisgeneridade é determinada como superior às transgeneridades, como se só pessoas cisgêneras fossem dotadas de um sexo/gênero legítimos (GOULART, 2018), sendo essa legitimidade ratificada através do discurso científico, da biologia, das ciências biomédicas e psis, classificada como “natural” e “desejável”, aspecto este assumido pela escola, desde a arquitetura até as aulas sobre o corpo e a sexualidade. No outro lado, os corpos e vivências dissidentes da

norma cisgênera são enquadrados como “anormais”, “indesejáveis” e patologizados, sob sentença de um “transtorno”, “síndrome”, “disforia” ou “incongruência”.

Quando se fala em identidade de gênero, geralmente, a primeira informação que vem em mente é relacionada a pessoas trans e travestis. Um exemplo disso são seminários, palestras, rodas de conversa e trabalhos acadêmicos sobre identidade de gênero, partindo de um pressuposto de que somente pessoas T possuem identidade de gênero, enquanto que a cisgeneridade também compõe essa categoria. Entretanto, não é discutida, sendo que o questionamento da cisnorma é essencial para que se possa trabalhar o rompimento de lógicas coloniais que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade, afetando todos os corpos. O silêncio da escola nos currículos é a primeira violência engendrada, sendo que existe uma intensa afirmação da cisgeneridade, tanto nas aulas como nos demais aspectos já ressaltados aqui. Nessa lógica, o currículo eurocentrado/colonial apaga outras cosmologias nas quais a fluidez de gênero existe (religiões de matriz africana e cosmologias indígenas) e a diversidade de gênero na escola emerge como desvio, como um outro reificado, aquele que emerge como insulto nos corredores ou doença na sala de professoras(es). Ou seja, somente a dissidência/diversidade/multiplicidade é marcada, como já tinha demonstrado Simone de Beauvoir no livro que inaugura muitos estudos sobre gênero, *O segundo sexo* (2014). Assim como a histerização do corpo compreendido como feminino na modernidade (FOUCAULT, 1988), a hipersexualização do corpo negro (NASCIMENTO, 2019) e a lógica do racismo biológico como suas práticas eugenistas, seguem deixando seus rastros de sangue nas sociedades contemporâneas. O racismo, a cisheteronorma, o classismo e o fascismo (que se nutre destas lógicas coloniais) mantêm vivos os processos de patologização e deslegitimação do gênero/sexo de pessoas T: ainda hoje, pessoas cisgêneras são tomadas como naturais, “normais” e legítimas, enquanto que pessoas T não passam de “armadilhas”, “anormalidades”, “mentiras”, vinculando à identidade a um enquadramento psíquico. Ou seja, pessoas T “pensam”, “sentem-se” e “afirmam-se” enquanto homens/mulheres, enquanto que pessoas cisgêneras simplesmente são, pois “nasceram assim”, uma lógica fascista, colonial e necropolítica. Um exemplo da reiteração da violência de estado em relação aos corpos T foi relatado por Camila Guaranha (2014) quando descreve uma

situação em um hospital de emergência na qual um anestesista se recusa a realizar seu trabalho (como funcionário público), pois diz não reconhecer como humano o corpo de uma travesti com fratura exposta e necessitando de cirurgia

A norma se impõe de forma tão dura que podemos traçar uma analogia da transfobia com o racismo enquanto uma rede discursiva que molda o inconsciente. Silvio Almeida (2018, p. 50), ao escrever sobre o racismo estrutural, diz que as pessoas racializadas são moldadas por condições estruturais e, portanto, institucionais, e que o racismo cria o conceito de raça e racializa os sujeitos. Sendo assim, Almeida acrescenta que os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição de obter a vantagem que lhe é atribuída por sua raça. (ALMEIDA, 2018, p. 50) A partir desta discussão, podemos traçar um paralelo com a ideia de transfobia estrutural, considerando-a também como uma rede discursiva que molda o inconsciente social, bem como cria a categoria “identidade de gênero”.

Assim como Almeida (2018, p. 50) ratifica que os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo branco reconhecer-se como tal e muito menos das vantagens que obtém através da sua branquitude, os indivíduos cisgêneros partem da mesma prerrogativa: ainda que a categoria “identidade de gênero” tenha sido criada, especialmente para designar pessoas T como “transgêneras” ou “transexuais”, pessoas cisgêneras não passam por essa categorização por não se reconhecerem enquanto cisgêneras; por não se perceberem como detentoras também de uma identidade de gênero, a qual lhes concede privilégios em sociedade, especialmente por não precisarem se deparar com ou questionar a própria cisgeneridade.

Além disso, ainda hoje, o senso comum – ou o discurso que tem mais legitimidade no jogo de verdades que produz o gênero – vale-se de enunciados cisnormativos que afirmam que pessoas trans e travestis estão “no corpo errado” (GOULART, 2018), inclusive reiterado por pessoas T, pois estão inseridas em uma sociedade cisnormativa. Por conseguinte, são subjetivadas a aceitar como verdade o que a cisnorma biologicista dita, seja em uma espécie de conforto momentâneo produzido pelo diagnóstico face à tanta violência a que já foram submetidas, seja pela inviolabilidade de discursos cristalizados acerca de um suposto “sexo biológico” que

produz homens e mulheres “legítimos”. A cisnorma é fundamentada e preservada por meio de discursos com efeito de verdade acerca do que é “ser homem e ser mulher”, por meio de um cientificismo “neutro”, que desconsidera a diversidade do campo biológico e usa um modelo biológico que não corresponde ao que de fato as pesquisas indicam, ou seja, uma infinidade de possibilidades muito além do binarismo invocado. (AINSWORTH, 2015) O modelo cisnormativo se utiliza, portanto de uma biologia moral e, sendo a escola um locus de afirmação desta biologia moral, portanto, inviolável, praticamente um dogma. Por conseguinte, a cisnormatividade, por ser estrutural, se expande pelas vias institucionais que cristalizam essas epistemologias ocidentais e deterministas acerca do *sexo*, com o intuito de naturalizar a cisgeneridade e corrigir as transgeneridades, a partir do gerenciamento pedagógico e científico colonial dessas vidas, desses corpos e, inclusive, para determinar quem é cidadã(ão) de fato e possui acesso a direitos fundamentais. É através do dispositivo da cisnormatividade que o Estado, em seus três principais elementos – povo, território e poder/soberania/governo – (ORIHUELA, 2015), ditará quem é homem, quem é mulher, quem vive e quem morre.

Ao discutir os processos de colonização de pessoas trans e travestis, é necessário retomar processos históricos, indicados por Mbembe, em sua obra *Políticas da Inimizade* (2017, p. 22): a colonização das Américas e o tráfico de pessoas negras escravizadas, ambos os processos associados à expansão do capitalismo industrial, impulsionado pelo Estado moderno europeu. A escravização de pessoas de origem africana fazia parte de um projeto de dominação ambiental e territorial, com a finalidade de exploração dos recursos naturais das terras americanas. Não só: enquanto a cana-de-açúcar e o pau-Brasil, por exemplo, eram exportados, as próprias pessoas escravizadas tornaram-se parte deste dispositivo de exploração em troca de lucro. Mbembe (2017, p. 23, grifo nosso) aponta que “[...] a raça entendida remetia para um corpo sem mundo e sem terra, um corpo de energia combustível, uma espécie de duplo da natureza que era possível transformar, pelo trabalho, em stock ou fundo disponível”; ou seja, compreendia-se estas populações como seres inferiores, destituindo-as de seu valor humano. Além da exploração/destruição dos recursos naturais, é importante ressaltar que a religião está diretamente relacionada com os processos coloniais e o lugar da religião na emergência da escola é amplamente conhecido. A Igreja,

com a finalidade também de expandir seu domínio, construiu uma missão de evangelização das populações originárias da América do Sul, bem como de pessoas negras africanas escravizadas nestes processos. Existe uma participação forte do cristianismo nos processos de subjetivação da sociedade em que vivemos hoje, moldando tanto as relações quanto o campo político. Foi essa mesma catequização compulsória baseada na cisheteronormatividade, interseccionada com as opressões raciais, que fomentou o apagamento da cultura e das crenças de povos originários e de povos africanos.

De forma paralela e sobreposta à religião, o Iluminismo, vetor para a emergência da escola moderna europeia, no século XVIII, foi o principal catalisador para o colonialismo, especialmente com o impulsionamento das chamadas “descobertas” científicas – sempre influenciadas por uma metafísica religiosa e moral que sustenta a heterossexualidade e a binariedade de gênero – e com o comércio/exploração via navegações marítimas. Segundo Almeida (2018), as ferramentas científicas do Iluminismo tornaram possíveis a comparação e a classificação de diferentes grupos de pessoas, partindo de características físicas, biológicas e culturais: dividiu-se entre *civilizados* e *selvagens*. A raça tornou-se um fator social relevante para a compreensão do ser humano pela filosofia moderna. Não tão diferente, o sexo, através de categorias de diferenciação binária biologicista homem x mulher, ganhou legitimidade através de discursos científicos modernos ditos “verdadeiros” e inquestionáveis. Vemos assim que há uma passagem, sem mudança de posições, dos modos de hierarquização racial e de gênero da religião para a ciência, fundamentando a base da ciência ocidental e, consecutivamente, o ensino de múltiplas áreas científicas nas instituições educacionais no país, bem como a cultura e as relações sociais nesses espaços, os quais ainda são protagonizados por pessoas cisgênero e brancas.

Não parece grande novidade, posto que a ciência e a filosofia moderna foram constituídas fundamentalmente em sua base por homens cisgêneros e brancos. Para Grosfoguel (2008 apud BALLESTRIN, 2013, p. 102, grifo nosso), às Américas – tão inventadas quanto a Grécia para a sociedade Ocidental, de acordo com Ballesstrin (2013) – “[...] chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu e, com ele, a reiteração/produção dos padrões hierárquicos [...]”. Segundo Mignolo (2003), a Europa também é uma invenção, só existem europeus, porque foram criados, de forma hierarquicamente inferiores, os povos conquistados.

Não há Europa sem América. Este homem europeu também é cisgênero, visto que carrega consigo a epistemologia cisgênera acerca de um saber que delimita a binariedade de sexo/gênero incrustada como verdade nas estruturas das sociedades ocidentais. Cabe também lembrar, como o fez Elsa Dorlin (2006) que os tratados médicos do período colonial, muito antes de “descobertas” a respeito dos hormônios ou da fisiologia corporal, produziram um malabarismo discursivo para justificar as hierarquias coloniais que até hoje perduram, ou seja, homem branco superior à mulher branca que é superior ao homem negro que é superior à mulher negra. Ainda, cabe acrescentar, que essa hierarquia se complexifica como a construção da figura da abjeção/pecado/anomalia/crime em relação às dissidências de gêneros e da sexualidade. A ciência que temos hoje, assim, estabeleceu-se como a estrutura universal da razão, a partir da lógica eurocentrada e entendida como um “ponto zero”: o ponto de partida “*supostamente neutro e absoluto, na qual a linguagem científica desde o Iluminismo*” (CASTRO-GÓMEZ, 2005 apud BALLESTRIN, 2013, p. 104, grifo nosso) é fundamental para a reprodução da colonialidade do saber, e a base para uma filosofia hegemônica que, ainda hoje, não tem cara, gênero, raça, sexualidade, classe, espiritualidade, nem localização.

Assim, o racismo seguiu pelas vias da institucionalização por meio do que hoje conhecemos como “racismo científico”. Embasado na diferença racial e por modelos deterministas biológicos para explicar a diversidade humana, o positivismo científico, surgido no século XIX, estabeleceu hierarquias entre as categorias de sujeitos, valendo-se de um fazer ciência, de um saber. A finalidade de explicar “cientificamente” as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças (ALMEIDA, 2018, p. 23) agrupou pessoas negras e povos originários americanos (chamados de indígenas), apelando também pelas diferenças climáticas. Uma das explicações era que as condições de um clima tropical *favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência.* (ALMEIDA, 2018, p. 23)

Os processos de colonização também funcionavam “[...] *como excreção daqueles e daquelas que, por vários factores, eram considerados supérfluos ou excedentários nas nações colonizadoras.*” (MBEMBE, 2017, p. 23, grifo nosso) Estas pessoas, geralmente mais pobres, os “vagabundos”, os “delinquentes” que, pela ótica dos invasores, viviam em ociosidade e nada tinham a acrescentar à sociedade,

podendo ser substituídos, caso cessassem de existir da mesma forma que um produto ou um utensílio de trabalho. Assim, e consoante a Mbembe, ao apontar a marginalidade como fruto das estruturas de produção e de acumulação capitalista, entendemos que essas populações sofreram e sofrem um processo segregacionista, de caráter autorregulatório, com a finalidade de eliminar – quando isolar não é mais o suficiente – seus “aspectos doentios”, entendidos aqui como tudo que é dissidente da norma.

A discriminação racial, entendida como uma “[...] *atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupo racialmente identificados*” (ALMEIDA, 2018, p. 25, grifo do autor), leva ao processo intergeracional em que “[...] *o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado*”, (ALMEIDA, 2018, p. 26, grifo nosso) chamado de *estratificação social*. E não só a discriminação racial, mas por gênero também, especialmente quando falamos das populações de pessoas trans e travestis, que experienciam de forma mais intensa um *apartheid de gênero*, em que a cisnormatividade “[...] *sufoca pessoas de todos os gêneros e identidades sociais [...]*”, (JESUS, 2014, p. 244, grifo do autor) por ameaçarem as barreiras do binarismo de sexo/gênero.

Outro exemplo dessas barreiras de isolamento é o dogma religioso cisnormativo que reforça o carimbo de inimizade e estabelece uma lista extensa do que é ameaça a uma sociedade cisgênera, heterossexual, capitalista e cristã. Dogma que força a ideia de inimizade, através dos campos social e político, ao apontar o outro nomeado enquanto inimigo como um “herege”, “servo do Diabo/Satanás”, entre outros títulos. Não por realmente acreditarem que se trata de algo maligno, em sua maioria, mas para que a população acreditasse e se voltasse contra tudo aquilo que ameaçava o poder da pastoral cristã sem questionamentos. Esse mesmo dogma é o que fomenta o isolamento das populações T nas instituições de ensino, por serem vilanizadas e consideradas más influências às demais crianças e adolescentes na escola, por exemplo, em que o isolamento e expulsão do ambiente, ainda que de forma indireta, articula-se como uma tática de neutralização do que é considerado ameaça ou inimigo.

É relevante notar que as religiões cristãs, através dos tempos, foram se reinventando e, portanto, adaptando seus mecanismos de manutenção da sua influência na sociedade. Hoje, considerando

especialmente o contexto brasileiro, forças de ideologia conservadora e fundamentalista religiosa ganharam força através de uma ofensiva antigênero com a finalidade de mobilização e intervenção política na esfera pública. (JUNQUEIRA, 2018) Cabe lembrar que esta ofensiva visa particularmente a escola e já produziu a proibição da distribuição de material pedagógico visando o combate ao preconceito (NARDI; MACHADO; RIOS, 2012), assim como ameaças a educadoras/es e aprovação de leis inconstitucionais proibindo a discussão de temáticas relativas ao gênero e à sexualidade nas escolas. Estes discursos de retórica reacionária, promovidos por diversos setores de extrema-direita e religiosos de matriz cristã, promovem uma agenda política voltada para o combate de políticas que promovem os Direitos Humanos. Não só: muitas vezes usando a própria retórica dos Direitos Humanos, como por exemplo, o interesse superior do bem-estar da criança, para justificar suas ações de caráter discriminatório. Inclusive, são alvos as políticas públicas direcionadas a populações que vivem em situação de vulnerabilidade e que enfrentam as consequências das desigualdades sociais do país, fruto da colonização da América Latina e de violências estruturais que se perpetuam ainda hoje. Pessoas trans, travestis, negras e pertencentes a povos originários são atacadas constantemente, designadas como inimigas por estas forças reacionárias; inimigas de dogmas religiosos inquestionáveis, da “família tradicional brasileira”, do “cidadão de bem”, da moral e dos bons costumes, ativando, assim, um “pânico moral”, conforme cunhado por Junqueira (2018), alimentado pelos discursos fundamentalistas e conservadores.

De acordo com Junqueira (2018, p. 451), o pânico moral é nutrido

[...] por meio de estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da ‘família tradicional’. Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita ‘primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos’, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais.

Os movimentos da ofensiva antigênero, por sua vez, designam como “*ideologia de gênero*” os estudos de gênero e sexualidade, bem como qualquer tipo de promoção de direitos que visa estes temas, consagrados como o grande mal do século, motivo de desvirtuação de condutas e inversão de valores morais. Neste sentido, o campo das políticas públicas e as instituições de ensino tanto públicas quanto privadas tornaram-se palco de disputas políticas e opressões por ideologias de extrema-direita que visam abolir as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, pois acreditam que esses são temas em que o ensino deve partir das famílias e da igreja cristã, por meio de textos bíblico e discursos inflamados de pastores evangélicos fundamentalistas.

A educação sexual é debatida no Brasil, no meio educacional, desde as primeiras décadas do século XX, seja através dos movimentos feministas, seja por uma política higienista (QUARTIERO, 2009) e conservadora. Para os higienistas, competia ao Estado o gerenciamento sobre a conservação da saúde pública e as regras de higiene. Em conferências, na época, Quartiero (2009) não havia consenso a quem competiria a educação sexual: se à família ou à escola, embora existisse o consenso da necessidade da educação sexual. Na década de 1930, temas de educação sexual foram disseminados nas escolas, mas com influências de correntes médicas, higienistas que priorizavam uma educação sexual voltada ao combate à masturbação, ao contágio de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), centrando no papel reprodutivo e na diferenciação biológica entre homens e mulheres. Diferentemente da época, a educação sexual, atualmente, é um tabu, pairando na rede discursiva pela ofensiva antigênero de que se trata de ensinar crianças e jovens a fazer sexo, “práticas homossexuais”, tornar-se travesti ou ensinar “atos libidinosos” e o aborto, com o intuito de fortificar discursos “comunistas” e do “Satanás”.

A violência de estado: ideologia de gênero, exclusão escolar e assassinatos/suicídios de pessoas trans e travestis

Não é por acaso que o discurso de preservação da família, de *salvação* dos lares e das crianças e do cidadão de bem é utilizado como manobra devido a interesses políticos por parte de fundamentalistas religiosos e pelas ideologias políticas de direita. O pânico

(7) Termo utilizado, ainda hoje, por segmentos conservadores e fundamentalistas religiosos para designar a homossexualidade como uma doença, um transtorno mental e desvio de conduta, da moral e dos bons costumes.

moral que se criou, por exemplo, em relação ao projeto *Escola sem Homofobia*, em 2011, tachado pejorativamente como *kit gay* por conservadores, visava distorcer as propostas do projeto, as quais, na realidade, eram voltadas para o combate de violência contra a diversidade sexual e de gênero. Por motivo de pressão de setores conservadores e pelas crenças de senso comum que se criaram acerca do projeto sob os olhos da população, o projeto foi suspenso por ter sido categorizado como responsável por “estimular o *homossexualismo*” e a “promiscuidade” entre crianças e jovens. Tática essa para barrar direitos e políticas públicas voltadas a populações vulnerabilizadas ou designadas minoritárias, afirmando políticas de inimizade que definem esses grupos como ameaças e excedentes populacionais e os submetem a condições precárias de vida.

A *Folha de São Paulo*, em dezembro de 2020, publicou um artigo informando que a “ideologia de gênero” foi importada do Vaticano dos anos 1990 pela bancada evangélica e bolsonarista em 2014, com o intuito de excluir dos planos de governo e de Estado discussões acerca do machismo, da diversidade sexual e de gênero e educação sexual. Seguido de um belicismo (DELUCA, 2020), diversos eventos violentos se sucederam. A matéria cita também o assassinato da Dandara dos Santos, travesti negra e periférica de Fortaleza/CE, em 2017.

Outro exemplo é o assassinato da travesti Quelly da Silva, 35 anos, dentro de um bar no Jardim Marisa, na cidade de Campinas (SP), no ano de 2019. Caio Santos de Oliveira, 20 anos, quebrou uma garrafa, abriu o peito de Quelly e arrancou seu coração. Após, colocou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida sobre o corpo de Quelly, além de roubar dinheiro e aparelhos eletrônicos. Ao ser questionado do motivo que o levou a matar Quelly, alegou que ela era um demônio e que havia feito várias coisas, como “drogas, álcool, tudo”. O assassino foi diagnosticado com esquizofrenia, de acordo com documento acolhido pelo juiz da Vara do Júri de Campinas (HOMEM..., 2019), fazendo com que uma violência que é estrutural seja camuflada em um diagnóstico individualizante. O discurso de ódio e o crime hediondo já se tornaram rotina contra pessoas trans e travestis, especialmente a mulheres trans e travestis negras, de acordo com notificações não-oficiais de dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021)

Não só as violências físicas variadas e os homicídios fazem parte desse rol de extermínio de pessoas trans e travestis, mas também os suicídios destas populações. Durkheim (1897) define o suicídio como um fato social total: saturado de elementos e significados de origem biológica, emocional, histórico e social simultaneamente. Ao trazer a dimensão social do suicídio, no contexto brasileiro, é fato que as vulnerabilidades engendradas tanto da escassez de políticas públicas efetivas quanto por políticas de morte cumprem com um papel significativo nesses números. As desigualdades sociais, bem como violências estruturais e institucionais fundamentam, juntamente de fatores individuais e específicos de cada sujeito, o ato de tirar a própria vida, nos levando a refletir acerca da responsabilidade do Estado por essas mortes.

E os dados são alarmantes, configurando o suicídio como uma questão de saúde pública: a cada 45 segundos, um suicídio ocorre em algum lugar do mundo, em que 1.920 pessoas, aproximadamente, decidem pôr fim à própria vida, sendo o Brasil um dos dez países que mais registram números de suicídios, índice este crescente a cada ano (BOTEGA, 2021). No caso de pessoas trans e travestis, no Brasil, os índices apontam especificamente para as populações de homens trans e pessoas transmasculinas. 85,7% de homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram o ato, segundo relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero) e do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (NUH-UFMG, 2015) Ainda, estima-se que 42% das populações de pessoas T já tentaram suicídio, existindo uma prevalência de 42 a 46% de tentativas de suicídio, se comparado a 4,6% da população brasileira em geral. (BENEVIDES, 2018)

Ao se falar em suicídio é preciso deslocar a individualização do caso e passar a compreender o ato como um fato social e político, desmitificando também uma certa moral e culpabilização cristã, de cunho colonial. A carência de políticas públicas eficientes para as populações de pessoas trans e travestis, especialmente negras, não se trata de apenas uma negligência, mas de um matar como crime de Estado; falamos, portanto, de políticas de morte, voltadas para o extermínio dessas populações e esse processo de morte que inicia na família, é reforçado pela escola quando esta não protege suas crianças trans e não incluiu no currículo os temas de gênero, direitos humanos, preconceito e cidadania. Sendo assim, é

(8) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas e de todas as escolas públicas e privadas do Brasil. Confira mais em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

simplicificador afirmar que uma pessoa cometeu suicídio, uma vez que foi *suicidada* por estruturas sociais, institucionais, bem como por políticas de Estado e de governo.

E como já destacamos, essas políticas de morte iniciam na escola. Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PESQUISA..., 2016): cerca de 60,2% das/os estudantes LGBT se sentem inseguras/os na escola em razão de sua orientação sexual, à medida que 42,8% se sentem inseguras/os em razão de sua expressão de gênero. Somase a esses dados o fato de que o movimento antigênero resultou na exclusão do tema de discriminação de gênero da Base Nacional Comum Curricular⁸ da educação, trazendo consequências graves que reforçam violências. De acordo com a Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais da Andifes, estudantes trans representam o total de 0,1% dos discentes de universidades federais do país. Dos alunos matriculados em 2018, 48,1% são mulheres cisgênero, 40,15% são homens cisgênero, 0,6% são pessoas não-binárias e 0,1% são homens e mulheres trans. Os dados do perfil de graduandos do Brasil foram mapeados em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), envolvendo 420 mil discentes, número correspondente a 78% da rede. (V PESQUISA..., 2019)

Em 17 de maio de 2020, ironicamente no Dia Internacional de Combate à LGTBfobia, Demétrio Campos, homem trans, negro, foi mais um número da estatística de pessoas trans e negras suicidadas pelo racismo e pela transfobia. A psicóloga Bárbara Oliveira Pina, em entrevista ao website Hypeness (2020), explica que a exposição a vulnerabilidade no quesito de acesso à saúde, educação e lazer, somando-se ao sofrimento promovido por exclusão social, atos vexatórios e demais violências, principalmente por um longo período de vida, impactam na saúde mental, trazendo consequências sérias para as pessoas. Segundo Bárbara, *“se não a depressão propriamente dita, a dificuldade em se relacionar, dificuldade com o autocuidado, autoimagem negativa, falta de perspectiva e objetivos na vida”*, (HYPENESS, 2020, grifo do autor) justamente o caso de Demétrio e, também, de Ares e Soren, um casal de pessoas trans não-binárias que também foi suicidado devido a saúde mental fragilizada motivada por violências transfóbicas (SOCIALISTA, 2019) e a dificuldade de acesso a direitos fundamentais. O suicídio, de

acordo com a reportagem, não é causado pela transgeneridade em si, mas pelas violências transfóbicas aos quais pessoas T e não binárias são submetidas.

As condições de vida e de trabalho de indivíduos e grupos da população estão relacionadas às situações de saúde que vivenciam, expressas através das definições dos determinantes sociais da saúde, que correspondem a “[...] *fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/ raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população*”. (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78, grifo nosso) Ou seja, pessoas em desvantagem social correm riscos diferenciados, devido a questões tanto de características individuais quanto por condições sociais e econômicas, como dificuldade de acesso a serviços essenciais. O acesso à educação, bem como à permanência em instituições educacionais ainda são precários e hostis a populações T, visto que esses espaços ainda reproduzem violências cisnormativas, seja através do ensino, seja por meio das relações. O desrespeito à identidade de pessoas T; o impedimento de usar o banheiro; a discriminação por parte de docentes, discentes, pais, mães ou responsáveis; a vilanização de crianças e jovens trans e travestis como se fossem uma má influência para as demais crianças e adolescentes, além de atividades separadas por gênero, entre tantas outras violências, ainda são agressões que as populações T enfrentam na escola. É inegável que essa trilha de violações de direitos gera sofrimento e evasão escolar. Estima-se que cerca de 82% de pessoas trans e travestis abandonaram a escola pelo menos uma vez ao longo da vida, sendo comum que essas populações não concluam o ensino fundamental (SANTOS; OLIVEIRA, 2019, p. 52), traduzindo-se em exclusão do mercado formal de trabalho.

O estudo publicado por Santos e Oliveira (2019, p. 65) traz relatos de homens trans, mulheres trans e travestis acerca de suas trajetórias na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI) em Pernambuco. Ao entrevistar discentes trans e travestis, relatos de isolamento, dificuldade de socialização, tentativas de suicídio e evasão escolar são comuns. O artigo aponta que a aprovação de políticas que reconhecem e buscam efetivar a garantia do uso e do respeito ao nome social de pessoas trans e travestis na escola têm destaque no processo de reinserção dessas populações, bem como a inserção formal e adequada de temáticas de gênero e sexualidade nas políticas curriculares e de formação de docentes.

Portanto, o Estado é diretamente responsável pelos homicídios e pelos suicídios de populações que vivem em situação de vulnerabilidade – no caso, pessoas trans, travestis, especialmente pessoas T negras –, podendo compreender os suicídios como “homicídios de Estado”, considerando as relações de inimizade que o Estado estabelece com esses grupos e as ações que visam sua erradicação, seja por reiterar discursos da ofensiva antigênero, seja por minar o campo das políticas públicas destinadas a essas populações, campo já precário, sem investimentos, sendo que a educação tem um lugar central neste processo de produção da morte. As barreiras enfrentadas pelas populações T na educação são muitas e os abismos de inequidades sociais ainda estão distantes de serem sanados, quando toda uma estrutura social e um Estado são cúmplices e coniventes com a marginalização e com o extermínio desses grupos.

Enemy lives, necropolitics and intersectionality: from exclusion in education to the suicide/murder of transgender people

Abstract: In times of strengthening of far-right governments in alliance with religious fundamentalisms, the war against populations accused of being enemies of Christian churches, family and conservative morals is explicitly reinforced through genocidal policies. This genocidal and epistemicide project has strong structural roots, a result of the colonial project, derived, above all, from the white European invasion of our continent. Black people face policies of extermination of their traditions, identities, histories and lives. Black people, transsexuals and transvestites, especially poor, are the main targets of these death policies. These necropolitics, marked by their specificities in the action of the State, start with the exclusion of the school and reach homicide itself, either through the production of suicide – people that committed suicide, either through social vulnerability or through everyday violence. Transgender people and transvestis have historically been the object of classification and diagnosis by the biomedical and psychological sciences, using criteria that disregard the uniqueness of each subject's trajectories, as well as their humanity. These groups face the pathologization of their bodies, as well as abandonment and structural violence as a State crime. In this article, we seek to diagram the necropolitical mechanisms through the analysis of multiple sources, especially those in the public domain, statistical data, reports of school exclusion and violence published on social networks, having as analytical tools studies referring to structural racism and necropolitics and policies of enmity, by authors Silvio Almeida (2018) and Achille Mbembe (2017, 2018), respectively. We will conduct an analysis of the central statements in order to expose the mechanisms of exclusion and death practices carried out by the State.

Keywords: transsexualities; transvestilities; education; State; necropolitics.

Vidas enemigas, necropolítica e interseccionalidad: de la exclusión en la educación al suicidio/asesinato de personas transgénero

Resumen: En tiempos de fortalecimiento de gobiernos de extrema derecha en alianza con fundamentalismos religiosos, la guerra contra poblaciones acusadas de ser enemigas de las iglesias cristianas, la familia y las buenas costumbres se refuerza a través de políticas conservadoras y genocidas. Este proyecto genocida y epistemicida tiene fuertes raíces estructurales, fruto del proyecto colonial, derivado de la invasión europea blanca de nuestro continente. Los negros enfrentan políticas de exterminio de sus tradiciones, identidades, historias y vidas. Los negros, transexuales y travestis, especialmente los pobres, son los principales objetivos de estas políticas de muerte. Estas necropolíticas, marcadas por sus especificidades en la acción del Estado, parten de la exclusión de la escuela y llegan hasta el homicidio mismo, ya sea a través de la producción de suicidios – personas *suicidadas* intencionalmente por parte del Estado, ya sea por vulnerabilidad social o por violencia cotidiana. Las personas trans y travestis han sido históricamente objeto de clasificación y diagnóstico por parte de las ciencias biomédicas y psi, utilizando criterios que desconocen la singularidad de las trayectorias de cada sujeto, así como su humanidad. Estos grupos enfrentan la patologización, así como el abandono y la violencia estructural como crimen de Estado. En este artículo buscamos diagramar los mecanismos necropolíticos a través del análisis de múltiples fuentes, especialmente de dominio público, datos estadísticos, reportes de exclusión escolar y violencia publicados en redes sociales, teniendo como herramientas analíticas los estudios referentes al racismo estructural y necropolítica y políticas de enemistad, de los autores Silvio Almeida (2018) y Achille Mbembe (2017, 2018), respectivamente. Haremos uso de un análisis de las declaraciones contenidas en la misma en la descripción de los mecanismos de exclusión y muerte que lleva a cabo el Estado.

Palabras clave: transexualidades; travestis; educación; Estado; necropolítica.

Referências

- AINSWORTH, C. Sex redefined: The idea of two sexes is simplistic. Biologists now think there is a wider spectrum than that. *Nature*, v. 518. n. 7539. p. 288-291, fev. 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/news/sex-redefined-1.16943#auth-1>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bvJMJJtLDK3387YtgS54bw/?lang=pt>. Acessos em: 18 abr. 2019.
- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2020.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BENEVIDES, B. Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans! *Antra*, [S.l.], 29 jun. 2018. Saúde. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). *Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular: ANTRA: IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/HBQQM7PGMRLfr76XRGVYnFp/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 77-93, abr. 2007.

BUTLER, J. Gender trouble, feminist theory, and psychoanalytic discourse. In: NICHOLSON, L. J. *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge, 1990. p. 323-340.

COSTA, J. F. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1981.

DELUCA, NANÁ. *Ao transformar luto em luta, comunidade T conquistou direitos nos anos 2010*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 100, n. 33501, 22 dez. 2020. Especial. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/ao-transformar-luto-em-luta-comunidade-t-conquistou-direitos-nos-anos-2010.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw. Acesso em: 05 abr. 2021.

DORLIN, E. *La matrice de la race: généalogie sexuelle et coloniale de la Nation française*. Paris: La Découverte, 2006.

DURKHEIM, E. *Suicide*. Paris: Félix Alcan, 1897.

FELIPE, J. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, maio/ago. 2007

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (História da Sexualidade, 1)

GOMES, K. *Mãe de Demétrio Campos fala como a alegria de viver do filho foi abreviada pelo racismo e transfobia*. *Hypheness*, [S.L.], 04 jun. 2020. Disponível em: <https://www.hypheness.com.br/2020/06/mae-de-demetrio-campos-fala-como-a-alegria-de-viver-do-filho-foi-abreviada-pelo-racismo-e-transfobia/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

GOULART, V. P. *Psicologia e despatologização da população de pessoas trans e travestis: repensando as práticas psi*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GUARANHA, C. *O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no sistema único de saúde*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HOMEM que matou e arrancou coração de travesti é absolvido. *ACIDADEON*, Campinas, 24 out. 2019. Cotidiano, Polícia. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/policia/NOT,0,0,1458570,homem+que+matou+e+arrancou+coracao+de+travesti+e+absolvido.aspx>. Acesso em: 5 abr. 2021.

JESUS, J. G. Género sin esencialismo: feminismo transgénero como crítica del sexo. *Revista universitas humanística*, Bogotá, v. 78, n. 78, p. 241-257, 2014. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410>. Acesso em: 14 maio 2020.

JESUS, J. G. *Orientações sobre a população transgénera: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 5 abr. 2021.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 jul. 2020.

LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MANIFIESTO. *Stop Patologización Trans*, España, 23 oct. 2010. Disponível em: <https://stp2012.wordpress.com/manifiesto/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MIGNOLO, W. *Historias locais/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

NARDI, H. C.; MACHADO, P. S.; RIOS, R. R. Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. *Athenea Digital*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 255-266, nov. 2012.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E.; RODRIGUES, M. C. Queer intersectional outreach actions to prevent LGBTQ+ prejudice and discrimination in schools: the Brazilian context and analysis of a local experience. In: FRANCIS, D. A.; KJARAN, J. I.; LEHTONEN, J. (org.) *Queer social movements and outreach work in schools: a global perspective*. Lomdon: Palgrave Macmillan, 2020. p. 157-187.

NASCIMENTO, E. S. *Não se nasce mulher negra, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2018. Disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/3176>. Acesso em: 5 abr. 2021.

NUH-UFMG. *Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*. 2015. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental. *UNAIDS*, 19 jun. 2018. Disponível em: <https://unaids.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ORIHUELA, M. A. C. Elementos constitutivos do Estado: uma proposta de conceito de Estado. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 20, n. 4517, nov. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44467/elementos-constitutivos-do-estado>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PESQUISA nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016. *ABGLT*, [S.l.], maio 2016. Disponível em: <https://abgl.org.br/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>. Acesso em: dez. 2021.

POCAHY, F. A. Botando corpo, (des)fazendo gênero. Uma ferramenta para a pesquisa-intervenção na Educação. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 289-308, abr. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6923>. Acesso em: 2 ago. 2021.

QUARTIERO, E. T. *A diversidade sexual na escola: produção de subjetividade e políticas públicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, D.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. Trajetórias transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos: conquistas, horizontes e ameaças

entre tempos, espaços e sujeitos escolares. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, v. 20, n. 52, p. 49-75, dez. 2019.

SILVA, M. A. I. et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 19, n. 02, p. 619-627, fev. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.22312012>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SIMAKAWA, V. V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SOCIALISTA, T. Ares, Soren e o suicídio de pessoas trans e LGBTIs. *Esquerda Online*, [S.l.], 23 jan. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/23/ares-soren-e-o-suicidio-de-pessoas-trans-e-lgbtis/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

V PESQUISA Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Brasília: ANDIFES: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2021.

Submetido em 04/08/2021
Aceito em 27/01/2022

